

O sequestro da democracia: o controle oligárquico

Roberto Bueno
(UnB – Brasília – DF – Brasil)
rbueno_@hotmail.com

Resumo: A crise da democracia recebe novas narrativas e é pautada para os cidadãos e logo é transformada em moda intelectual avassaladora. Sucessivas vertentes, mas um só problema sem declaração de oposição ao próprio conceito, a democracia vai sendo apresentada em todas as suas insuficiências. A hipótese da qual parte este trabalho é o sequestro do conteúdo das democracias, de sua representatividade e de seu controle por parte de uma oligarquia bem definida em seus contornos. Das estratégias de domínio e das possíveis alternativas para fugir a elas é do que este artigo se ocupa.

Palavras-chave: Democracia; Oligarquia; Economia; Política; Domínio.

1. Considerações iniciais

Muito frequentemente é pautada para o público e logo transformada em moda intelectual avassaladora uma nova narrativa sobre a crise da democracia. Sucessivas vertentes mas um só problema sem declaração de oposição ao próprio conceito, a democracia vai sendo apresentada em todas as suas insuficiências, muito embora as sucessivas redefinições do processo sejam compreensíveis na medida em que a democracia é mesmo um fazer e refazer contínuo, e as suas narrativas precisam ser renovadas e reescritas em aras da atenção as demandas e expectativas de seus novos atores, algo que torna cada esforço por refletir sobre este objeto sempre um trabalho tão importante quanto desafiador e permeado de atualidade e impacto social.

2. Democracia: conceito aberto, horizonte fechado

A democracia é um trabalho sempre aberto à procura de seus novos atores através da leitura das tensões que medeiam as suas relações, e que estes encontrem as condições para (re)elaborar e instituir as suas percepções diversas do social, da política e da cultura, tão amplas em ambientes arejados que possam ser irremediavelmente contrapostas a ordem vigente. A realidade dos nossos dias encoraja a proposição da abordagem de genuína encruzilhada conceitual e empírica, posto que a própria crença nos valores essenciais da democracia é que está sendo posta em xeque, movimento histórico que supõe algo muito mais grave do que uma crise de época sobre as práticas da democracia.

Sob tal cenário, ao menos duas exsurtem como as mais ingentes tarefas. A primeira é a de estabelecer critérios descritivos que permitam reconhecer o que é uma democracia.

Através desta estratégia poderíamos avaliar com mais precisão quando se está a cruzar a fronteira da existência de seus padrões mínimos, mesmo quando ainda sejam mantidos uma série de elementos formais, precisamente dispostos apenas para criar um véu de entorpecimento à percepção popular sobre o ocaso do sistema de liberdades. A segunda tarefa é a de detectar as falhas estruturais da realização das promessas da democracia para, passo seguinte, explicitar publicamente estas insuficiências e promover a pronta intervenção saneadora sob tais circunstâncias com a finalidade de reduzir o déficit democrático e, por conseguinte, o preocupante índice de rechaço ao sistema em franca expansão.

A crise das democracias contemporâneas precisa ser enfocada na mais cuidadosa análise da articulação e desenvolvimento de suas estratégias discursivas e as suas vias legitimadoras¹. A justificativa para tal recorte se encontra no fato de que as estruturas e as instituições da democracia contemporânea já não podem mais ser sustentadas exclusivamente na falida retórica da realização de eleições periódicas e da reiteração da existência de um sistema de liberdades formais como, por exemplo, a de expressão. A reflexão de fundo sobre a democracia coloca em causa a análise das ações das instituições, do resultado de suas políticas, para além de sua mera formatação segundo certos parâmetros da cultura política liberal.

O que é colocado em causa é a superação das presentes estruturas sob a indicação de reformas agudas em sua própria organização capazes de atingir o núcleo do *establishment*, o que viria a provocar a eliminação do grande eixo sobre o qual gravita a organização de vida pública das sociedades ocidentais: a predominância absoluta da lógica econômica sobre a lógica e o tempo da política e economia. O que está colocado em causa nesta perspectiva de reformas agudas é o estabelecimento de limites para a ação e influência da economia sobre a política prévia assertiva da supremacia desta última. Evitar ou postergar indefinidamente este movimento implicará na assunção de novos riscos históricos da emersão da cultura autoritária já em processo de franca ameaça à democracia.

Em face da consecução de políticas populares e democráticas é questão prioritária dos nossos dias deslindar os estratagemas utilizados para a obtenção da concordância dos estratos populares mais desfavorecidos com vistas a implementação do capitalismo. Reconstruído sob a inspiração neoliberal em sua mais pura e dura versão², eclodem

¹ A legitimidade é objeto, uma e outra vez, e também alvo de sucessivas abordagens por parte da aristocracia estabelecida por força de que ela traduz a própria raiz fundadora do poder constituinte sobre o qual se alicerça a teoria contratualista liberal que inspira a retórica das democracias de mercado ocidentais.

² Neste texto compartilhamos a posição moderada de Touraine a respeito do liberalismo que reconhece a sua importante colaboração para o mundo da democracia na medida em que historicamente foi comprovada a razão de fundo de suas desconfiças relativamente ao Estado, e isto seria o suficiente para que o liberalismo possa permanecer no campo das doutrinas inspiradoras da democracia (*cf.* TOURAINE, 1996, p. 68). Todavia mais

rapidamente as consequências dissonantes de sua peroração. Mesmo sendo explicitadas no cotidiano todas as consequências diretas de sua política, tais como desemprego, falta de proteção social eficiente, eis que o neoliberalismo aristocrático e autoritário logra equilibrar-se no poder através de uma estratégia de colonização cultural que transcende os limites da mera publicidade.

O custo das políticas públicas e econômicas neoliberais implementadas pelos aristocratas autoritários no poder invariavelmente opõe a crueza da vida aos mais pobres, circunstância agravada pelo fato de serem radicalizadas as políticas restritivas quando esta população depauperada necessita ainda mais de auxílio do Estado, vale dizer, em tempos de crise e quando a sociedade deveria estar pronta e disposta a prestá-lo. Esta clara insuficiência das políticas públicas aplicadas por segmentos que colonizam o Estado à revelia do interesse público é uma questão conexa com uma das peculiaridades de nossa época indicada por Sennett ao sustentar que “[...] os poderes formalmente legítimos das instituições dominantes inspiram um forte sentimento de ilegitimidade entre os que estão submetidos a elas” (SENNETT, 2011, p. 42). Em verdade não se trata de um sentimento de ilegitimidade, mas de uma percepção não racionalizada do absolutamente real, uma leitura sem organização e clareza suficientes que permitam migrar para a ação redefinidora deste opressivo campo do real a partir da mobilização para a sua subversão através do ativismo cívico aplicado ao plano da empiria.

A detecção da agudeza das contradições que incendeiam os tempos de crise é movimento de difícil realização dada a espessura do véu de acobertamento do real, mas ainda quando isto ocorra, está longe de anunciar o prévio movimento de esforços para abordá-los. A forte dose de paralisia que é capaz de provocar em seu favor o sistema turbocapitalista injeta o desânimo necessário para que o sistema reproduza as suas relações de iniquidade e violência, *lato sensu*, com a obtenção de apoio político popular de forma expressa, mesmo que com intensidade variável consoante a conjugação de imprevisíveis circunstâncias políticas e econômicas.

Em um cenário em que uma aristocracia organiza as formas de acesso ao poder quer através da legislação como também da organização das formas de reprodução cultural (escolas, universidades, clubes, jornais, televisões, rádios, plataformas digitais, etc.), seria enorme equívoco de estratégia política acreditar que o *mainstream* falharia em criar um véu

expressamente, sustenta que “Se não há democracia que não seja liberal, existem, pelo contrário, regimes liberais que não são democráticos” (*Ibidem*), o que é preciso ser considerado. Neste sentido, certamente, cabe crítica sobre qual das versões do liberalismo está sendo tratado, e a indicação que este texto contempla é, necessariamente, a do liberalismo político em seus fundamentos clássicos, e nada mais do que parcial e muito pontualmente, em alguns dos aspectos do liberalismo econômico.

espesso o suficiente para que a cultura pública compartilhada não cumprisse a sua missão com eficiência. Neste sentido é promissor recordar com Duménil e Levy que apenas os ingênuos poderiam realmente imaginar que “[...] los hombres construyeron un método simple que va desde la identificación de los problemas generales hasta la puesta en práctica de las soluciones” (DUMÉNIL; LEVY, 2007, p. 17). Mas é precisamente esta ingenuidade que vem marcando a esfera pública que, assim, oferece condições para o triunfo da articulação de uma retórica política calçada em discursos científicos apresentados pela tecnoburocracia perpassados por alta voltagem de opções ideológicas, mas que tem os seus evidentes interesses encobertos pela pretensão de neutralidade científica.

Não há uma pura e neutra elaboração deste naipe pretendida pelo turbocapitalismo sofisticado da era digital que não esteja determinada por uma visão de mundo e de organização social. A estratégia é negar o fato da escolha por força de que isto remeteria a inclusão do campo da política, esfera na qual existe uma maioria popular pronta a comparecer às urnas para triunfar. O que está em causa é uma estratégia de descolamento da fundamentação das políticas públicas de sua real função última determinante, a saber, a escolha entre bens e valores que competem entre si e que caberia ao campo do político deliberar entre eles e articular e equilibrar a sua realização sempre que possível.

Não esteve em causa em nenhum momento a realização da comprovação de problemas para, passo seguinte, aplicar as medidas pertinentes para abordar o problema segundo as estratégias previamente traçadas. Há sobradas evidências da ausência de uma racionalidade pura determinando a ação humana bem como de que o elemento racional operante possa fazê-lo desconectado do campo dos interesses no processo de tomada de decisões. Esta é uma leitura do campo político que retira o manto da neutralidade do campo político aristocrático-conservador de viés autoritário. É nesta encruzilhada que ocorre o ocultamento do processo de decisões e de suas reais motivações, e é nele que Chomsky encontra um dos métodos prediletos dos governos autoritários, voltados a isolar os cidadãos, e garantindo assim que permaneçam na posição de meros espectadores de uma peça trágica para os seus atores secundários, e que nunca possam ocupar a posição de atores (*cf.* CHOMSKY, 1995, p. 65).

A retórica política elaborada pelo campo ideológico crítico às políticas progressistas não raro contempla e lança mão de uma tipologia discursiva em que a extrema racionalidade é apresentada como sendo a sua grande e única marca distintiva, atribuindo às políticas progressistas, também as de corte econômico, o indefectível signo da acientificidade e do comprometimento político, e neste momento ficam estipulados dois campos opostos e de suposta irreconciliabilidade: ciência e política.

Assim é desenhada uma fronteira que busca interditar o acesso popular através das categorias políticas a um sistema de saberes herméticos (tecnologia, economia, cálculos, estatísticas, etc.) e que torna argumentativamente inabordável o discurso “técnico” de seus atores, como se por trás deles realmente não estivesse sendo ocultada uma gama de categorias axiológicas que informam e determinam o fazer “científico” e as suas escolhas. A suposta pureza metodológica e inteireza inexpugnável do discurso científico está pronta e disponível para ser aplicada por agentes absolutamente desvinculados de interesses públicos, os quais são, com absoluta clareza, e por antonomásia, de caráter político, sob ações diretas empregadas para o acobertamento do emprego dos melhores esforços por parte destes atores científicos e seus diretos interventores no espaço público enquanto intermediários e tradutores políticos das supostas verdades reveladas pela ciência econômica.

Sob tal cenário é imperativo esquadrihar criticamente em paralelo o quadro de sofisticções que permite o sequestro da democracia, de suas instituições e, no limite, até mesmo da capacidade de percepção dos cidadãos como, em diálogo, com as possibilidades de desenhar um quadro jurídico e político sob o qual o regime de liberdades democráticas venha a dispor de melhores condições de sobrevivência. À partida, este cenário supõe que as relações políticas não se encontrem entorpecidas e aviltadas pelo domínio da economia, e neste sentido convergimos com Boaventura de Sousa Santos ao afirmar que o problema da via socialista para os intelectuais europeus se resolveria na alternativa democrática, mas que esta se encontrava sob risco, precisamente, de “[...] ser bloqueada por processos antidemocráticos” (SANTOS, 2016, p. 123), e que “O perigo vinha do fascismo, não como perigo “exterior” ao capitalismo, mas antes como um desenvolvimento interno do capitalismo que, ameaçado pela emergência de políticas socialistas impostas por via democrática, mostrava sinais de abrir mão da democracia e de recorrer a meios antidemocráticos” (*Ibidem*). A isto talvez apenas um reparo: o capitalismo já se sente ameaçado não pelas políticas socialistas, mas por meras políticas redistributivistas típicas do *Welfare State*, justificando, por isto, o recurso às práticas fascistas.

3. A política sequestrada: neoliberalismo e de direito de resistência

Há algumas décadas ou, em esforço de aproximação cronológica, pelo menos desde o ano de 1989, começou a ser construído e colocado em trânsito no mundo ocidental o argumento de que o livre mercado e as instituições políticas liberais haviam adquirido um alto grau de maturidade histórica, a ponto de poder ser afirmada a sua inexorabilidade histórica por parte de amplos setores do neoliberalismo conservador.

A avaliação neoliberal é de que o seu triunfo desloca da imanência quaisquer outros de seus competidores teóricos, pois está em condição de reafirmar a sua posição enquanto poder diretor das sociedades contemporâneas. Supostamente foi concluída uma etapa histórica e seria irreduzível a discrepância entre os dois grandes campos de interesses. Seriam irreconciliáveis posto que a nova afirmação da época seria a conquista de um estágio civilizatório superior ocorreria o amplo compartilhamento do valor das liberdades fundamentais e sua afirmação por parte da organização política do Estado.

Os desdobramentos desta radical leitura da história precisam ser revistos em face da brutal quebra das promessas libertárias por parte dos condutores da democracia real naqueles, coincidentes com os seus valores mais caros e mais profundamente compartilhados e que configuram o naufrágio do neoliberalismo real, mas cujas raízes críticas, no caso brasileiro, deitam na realidade do século XIX³.

No âmago da teoria neoliberal não são escassas nem pouco agudas as contradições remanescentes, e uma destas graves questões é a ocultação da esfera pública do direito de resistência cujo papel revigorante para a manutenção da higidez das instituições democráticas é relevante. O conceito de direito de resistência é admitido no núcleo conceitual duro da teoria liberal lockiana, mas também na tradição política brasileira é observável a sua consideração em Frei Caneca. Em ambos os autores o exercício do direito é legitimado sempre e quando o poder seja exercido de forma abusiva ou, mesmo, conforme propõe Sennett contemporaneamente, quando os poderes constituídos atuem de forma maléfica ou destituído da integridade necessária (*cf.* SENNETT, 2011, p. 42). Este é precisamente o caso destes tempos em que o poder foi assaltado e as instituições de produção ideológica foram sequestradas e, não obstante, o núcleo duro dos representantes do neoliberalismo continua em apresentar-se como tais quando ao cercar violentamente o direito de resistir assumem, a todas luzes, a identidade autoritária de viés fascista.

As relações políticas sem sociedades dominadas pelo capital estão perpassadas por supostas relações de liberdade. A sua realidade está envolvida até a medula por uma substancial estrutura ideológica de poder, mas que publicamente é apresentada como neutra, e sob este jogo de luzes e opacidades mal percebidas o poder dispõe de força eficiente para descoser interna e conceitualmente o direito de resistência proposto pela teoria de liberais clássicos como Locke. Esta é uma estratégia voltada a obstaculizar os movimentos sociais,

³ A este respeito descreve Joaquim Nabuco um cenário de comprometimento do conteúdo do que hoje classificamos como democracia, algo que todavia não estava em causa naquele momento. Em seu momento sustentava Nabuco que O sistema representativo é, assim, um enxerto de formas parlamentares num governo patriarcal, e senadores e deputados só tomam ao sério o papel que lhes cabe nessa paródia da democracia pelas vantagens que auferem. (NABUCO, 2010, p. 95).

embora sem a força definitiva para desconstituir as suas possibilidades no plano da imanência, que detém a inexorável virulência da necessidade, que motiva as vozes e mobiliza os corpos, conjunto articulado capaz de desmentir a falsa concretização das promessas e direitos. É a este conjunto que o neoliberalismo contemporâneo, sem hesitar, burla, ataca, destrói e publicamente massacra. Suas vítimas são os deserdados que todavia restem após suprimidas as suas condições de existência. Este modelo de sociedade em que a democracia é vilipendiada através de sucessivos ataques substantivos mas não formais não faz parte da tipologia social desenhada por Nino, na qual os indivíduos se projetam politicamente sobre a esfera pública. A democracia real nas sociedades ocidentais possui diversos pontos em comum, e vários deles foram traçados de forma profunda pelas forças operantes na globalização, que com clareza discrepam em seus propósitos daqueles outros interesses típicos dos trabalhadores.

A democracia real implementada segundo a gramática político-econômica da globalização transcende os limites propostos pela normatização epistêmica de Nino ao sustentar que a democracia pode ser identificada “Si todos aquellos que pueden ser afectados por una decisión han participado en la discusión [...]” (NINO, 1997, p. 166). Evidentemente, as engrenagens da globalização e suas cadeias de transmissão, as transnacionais, não se subordinam a esta demanda democrática de Nino. Esta perspectiva do autor é também reconhecida por Touraine como exigência do ethos da democracia, posto que a ausência da participação do maior número possível no estágio de “[...] criação e transformação das instituições sociais” (TOURAINÉ, 1996, p. 35) é impeditiva da edificação da democracia (*cf. Ib.*) justamente naquele que é o seu ponto de apoio legitimador.

É importante considerar que se a participação é um pilar essencial da democracia, por outro lado, não o é menos a igualdade cujas mil caras e disfarces que pode assumir sob o turbocapitalismo neoliberal precisam ser evitadas. Neste sentido Nino argumenta que tampouco basta a igualdade de acesso a discussão e, portanto, de que seja viabilizada a participação nos debates, senão que, isto sim, a democracia pede mais, demanda uma “[...] oportunidad igual de expresar sus intereses y justificar una solución a un conflicto, ésta será muy probablemente imparcial y moralmente correcta siempre que todos la acepten libremente y sin coerción” (NINO, 1997, p. 166). O que está em causa não é, portanto, apenas o direito a livre expressão mas, ainda previamente, que este direito cidadão seja instrumentalizado com elementos que o tornem capaz de justificar sua posição em meio a conflitos e a apresentação de demandas, o que supõe, desde logo, muito mais do que um ensino voltado a profissionalização.

Este modelo básico de democracia descrito por Nino-Touraine está conectado ao critério mínimo para o seu reconhecimento, noção que também é proposta por Chomsky. Para o autor a democracia depende de que sejam oferecidas condições para que a “[...] generalidad de la población juegue un papel significativo en la administración de los asuntos públicos” (CHOMSKY, 1995, p. 44), ideia que também é articulada por Ostrogorski quando sublinha que a democracia encontra um dado primeiro e primordial no fato da “[...] participación activa de la gran masa de los ciudadanos” (OSTROGORSKI, 2008, p. 35). Portanto, ademais da capacidade para participar Chomsky apresenta o critério qualitativo, vale dizer, que a participação seja significativa, e não apenas por parte de poucos mas sim da massa, diria Ostrogorski, evidenciando o eco e a conexão de Nino com ele.

Estas descrições dos critérios de reconhecimento definitivamente não encontram lastro consistente no mundo empírico das mais diversas democracias reais ocidentais, e nisto precisamente é que reside um dos seus mais relevantes aspectos que apoiam a crise contemporânea em que se vê imersa. Aos problemas estruturais legais e financeiros se soma ainda outro, muito grave, a saber, o da falta de oportunidades reais de participar do teatro público de manifestação de opiniões políticas através da mídia.

Os critérios de reconhecimento da democracia contrapostos ao seu efetivo modo de funcionamento no Ocidente traduzem um sistema que tende a inoperância material aliado a uma gravíssima falta de legitimidade, tamanha a inadequação entre a sua construção teórica e a sua inserção empírica, esfera na qual se observa com facilidade que quem opera e gere o sistema é um conjunto de ricos, que o concretizam as suas aspirações de dominação por vias de sofisticada astúcia aliada a inclemente uso do poder sobre os demais (ver CHOMSKY, 1995, p. 17). Ao exercitar a contraposição da democracia real às instituições liberais e ao modelo descrito por Nino a resposta é que em sua verificação empírica, o modelo não corresponde, ainda que minimamente, ao que ele anuncia enquanto composição teórica. Resta por responder a importante pergunta sobre os reais motivos que impedem que este fracasso retumbante dê lugar a literal implosão do sistema.

Malgrado este anúncio do fracasso há discursos concorrentes a exaltar o êxito da vida neoliberal. Sem embargo, há, no mínimo, sérias e bem fundamentadas críticas que desarticulam o discurso casado do êxito e da inexorabilidade do triunfo da democracia liberal que vem sendo indicado por diversos segmentos da literatura política. O fracasso aqui apontado é expresso através da contraposição do conjunto de direitos e liberdades com a realidade dos indivíduos, que encontra em Touraine um auspicioso desenho ao indicar que o ideal liberal de sociedade é concebido “[...] como um mercado, sem excluir a intervenção da lei e do Estado no sentido de fazer respeitar as leis do jogo, a honestidade das transações e a

liberdade de expressão e ação de cada um” (TOURAINÉ, 1996, p. 69). O fracasso deste projeto se revela na fria constatação de que as promessas falham rotundamente em sua realização, tema para o qual já Bobbio chamou a atenção (ver BOBBIO, 2011), pois cada uma destas garantias que o Estado liberal pretende estender ao conjunto de seus cidadãos são fulminadas no plano material sem deixar maiores rastros através das ações bem articuladas dos poderes impolíticos privados que habitam o núcleo duro das instituições públicas.

A derrota do final da história tem ocorrência no plano da imanência sob a força do véu criado para encobrir as reais forças que operam sob o neoliberalismo e os resultados efetivamente alcançados. Sem embargo, esta derrota encontrará seu último bastião é no plano da retórica, que hoje ocupa com sobras e desfruta de amplíssimo apoio nos meios de comunicação, que colonizam e transformam a percepção de mundo do trabalhador na de um legítimo empresário e, logo, passam a defender os interesses de uma classe a qual não pertencem.

O triunfo do neoliberalismo tem pés de barro, pois a consciência humana está sempre disponível para o despertar por motivos nem sempre precisamente determináveis *a priori*. Até aqui o triunfo do liberalismo se deveu basicamente a capacidade de mascarar as debilidades de seu sistema mais do que a debilidade substantiva de seus competidores disponíveis, mais a habilidade de disfarçar e maquiagem seus resultados e ocultar seus métodos do que por falta de reais opções filosóficas e teórico-políticas. De forma conexa Chomsky sugere que a compreensão da democracia e do livre mercado passa pela percepção de que ambos experimentam um processo de decadência, e não de consolidação tal como o discurso neoliberal propagandeia, e isto se deveria ao fato de que “[...] el poder se concentra cada vez más en manos de las élites privilegiadas” (CHOMSKY, 1995, p. 43).

A perspectiva de controle e domínio por parte das elites apontada por Chomsky não é exatamente uma construção moderna, mas assim pode ser classificada a sua atual forma de aparição e exercício histórico. Em nível profundo, ela é calçada na elaboração constitucional do Estado norte-americano pelos *Founding Fathers* cuja experiência se espalhou pelos Estados ocidentais, mas que para além de um Estado democrático criaram a estrutura de um modelo de Estado basicamente aristocrático, aliás, tal e qual era o perfil dos homens influentes na fundação da América. Este foi o modelo encontrado para desenhar um modelo inaugural da modernidade em que o poder centralizado na figura de um só, o monarca, fosse agora contraditado no plano formal pela distribuição e exercício por muitos, mesmo que de forma indireta através do instituto de representação. O modelo foi redesenhado, o monarca foi retirado do trono, o povo foi entronizado formalmente, mas apenas formalmente o novo

modelo o fez, pois o poder foi deslocado para a aristocracia que apenas sofisticou as suas formas de intervenção e domínio político.

A rigor, aquele foi um modelo de Estado pensado pela aristocracia e em favor dela, sistema em que os homens mais bem educados e donos de propriedades seriam também aqueles encarregados de governar politicamente a sociedade. A realidade norte-americana de então foi projetada em sua formação política básica acompanhada de uma interpretação apropriada para aquele momento histórico. Aquela inspiração inicial, e sem as adaptações hermenêutico-axiológicas foi transplantada para outras realidades distantes da América Latinanas quais o conservadorismo aristocrático de bases escravagistas e de enraizadas vias antirrepublicanas foi mantido sem releituras, sendo então forçoso considerar a discrepância entre o conteúdo histórico amplamente discrepante das novas interpretações que as velhas formas reclamam nestes dias que correm para legitimar as aparências de práticas democráticas. Nesta perspectiva, a evolução do conceito e do sentido da democracia vem a requerer um intenso esforço de camuflagem, algo que vem sendo realizado de forma eficiente.

Este modelo de prática política foi recepcionado amplamente no Ocidente alimentado decididamente pelo alto peso econômico e político desempenhado pela globalização e, muito especialmente na América Latina, pela ausência de disposição política das forças econômicas proeminentes para estabelecer linhas de desenvolvimento nacional para além das seduções de alianças com o grande capital transnacional. É, no mínimo, altamente questionável em que medida um Estado com este perfil pode ser reputado como genuinamente democrático em seus mais básicos requisitos, posto que a sua centralidade está focada em interesses que não são os populares.

É facilmente compreensível que uma organização aristocrática da sociedade não desemboque na priorização dos interesses populares, e é justamente este tipo de constituição da engrenagem política e suas demarcações econômicas o fator que atenta visceral e irremediavelmente contra o fulcro da cultura democrática e liberal clássica em matéria política na medida em que interdita caminhos e oculta instrumentos para que os cidadãos apropriem-se do espaço público e das oportunidades privadas que uma democracia conceitualmente se compromete em oferecer. Projetando este cenário político e filosófico para os dias correntes compartilhamos a conclusão chomskyana de que todo o discurso em torno ao capitalismo liberal e o sistema de mercado não passam de “[...] fantasias ensoñadoras” (CHOMSKY, 1995, p. 69) que, em seu caso, estão à espera do despertar de seus agentes de um já bastante longo sonho dogmático.

O ponto chave desta estratégia de corrosão radical da democracia se encontra no âmago da *Weltanschauung* conservadora que está em desalinho com o sistema democrático e

constitucional que foi criado e está estabelecido nas Américas e no Ocidente. Se o sistema não pode ser abruptamente desmontado sem grave crise, isto sim, o conservadorismo aristocrático pode empregar recursos no sentido de minar o seu conteúdo para que, apodrecido, sejam os próprios atores populares que reclamem a sua substituição por um novo e autoritário regime à medida do conservadorismo. Estes esforços são direcionados em dupla direção, a saber, casando a construção de um discurso público aberto e democrático à prática da ocultação do poder e suas formas antidemocráticas de exercício, traduzindo nisto a sua mais profunda convicção dos valores que transcendem os limites do conservadorismo e adentram o território minado do autoritarismo.

O grave enviesamento desigualitário, o agravamento das condições de iniquidade e o acobertamento das estruturas que os produzem são notavelmente desarticuladores do conceito de democracia política que o liberalismo clássico concebeu e prometeu realizar. Um importante aspecto que precisa ser considerado a respeito da igualdade em uma sociedade de corte democrático é de que ela está mais localizada à partida do que propriamente no ponto de chegada⁴. Esta leitura filosófico-política está desconectada dos princípios e convicções conservadoras mais arraigadas, e até mesmo contraditória com as aspirações mais profundas socialmente compartilhadas pois, como diz Sennett, é natural a demanda humana, quer seja na vida privada ou na pública, por “[...] um sentimento de estabilidade e de ordem, benefícios que são supostamente trazidos por um regime dotado de autoridade” (SENNETT, 2001, p. 32). O caso é que esta estabilidade e ordem não são alcançáveis de forma continuada senão sob a realização de outros valores, dentre os quais a igualdade e a equidade nas políticas públicas e sua alta influência na hermenêutica jurídica.

4. Neo liberalismo e as estratégias da desigualdade: conservadorismo e autoritarismo

O movimento político-econômico neoliberal alimenta fortemente não apenas a produção mas a reprodução a altos níveis da desigualdade presente. Gera brutal potência de insatisfação e maximiza conflitos que precisarão ser abordados de forma intensa pelo aparelho de segurança do Estado, requerendo sofisticação em suas estratégias de violência camuflada e de organização de meios de esterilização dos interesses das oligarquias, tese que encontra similar na tradição de teóricos da revolução. O conjunto de medidas econômicas neoliberais introduz e incrementa com força a desigualdade de oportunidades, e até mesmo a igualdade de

⁴ A este respeito importa a referência de Rancière, para quem o ponto central do debate sobre a igualdade “[...] não é um objetivo distante, mas um ponto de partida. E a partir desse ponto de vista a emancipação é uma afirmação de capacidade: aqueles capazes de gerir um ateliê ou empresa podem discutir e deliberar sobre os assuntos da comunidade. Fundamental era dissecar essa inversão de posições. Existem oportunidades para pessoas desiguais, dominadas, para traçar o caminho da autoafirmação” (RANCIÈRE, 2014, p. *s/n*).

condições que retoricamente é apresentada em seu discurso político como forma de galvanizar apoio eleitoral e legitimidade popular termina por ser traída na prática política.

Em uma sociedade democrática a igualdade de oportunidades funciona como mecanismo estabilizador do sistema político a partir de sua impedância no funcionamento e na percepção da organização econômica, algo que, nas palavras de Rancière, significa uma nova sociabilidade, e ela é que “[...] traz a solução propriamente providencial da regulamentação da relação do político e do social” (RANCIÈRE, 1991, p. 89). A este aspecto poderíamos adequadamente denominar como sentimento de pertença e compartilhamento social mínimo sobre uma necessária perspectiva de justiça pública, sem a qual, desde logo, o resultado de desagregação produzida somente poderia ser vencida pelas minorias oligárquicas através de denodado empenho no uso da força como forma de submeter momentaneamente as forças contrárias, estratégia que, definitivamente, não é o equivalente a realizar a pacificação.

O papel da igualdade de condições e oportunidades à partida em um determinado sistema político reverbera na solidez das instituições da democracia na medida em que a legitimidade popular encontra um de seus elementos precisamente na percepção do grau de justiça social de que se encontram permeadas as suas condições existenciais. De forma conexa Rancière argumenta que “A igualdade de condições garante a pacificação das afeições políticas por sua polimerização” (RANCIÈRE, 1991, p 90), o que é, além do mais, estratégico para os próprios fins de uma dominação sistêmica perdurável. Sem embargo, o mesmo Rancière alerta para as consequências de que

A supressão da afeição que se alimenta da distância e da distinção, a honra, abre um espaço social em que as antigas tensões em torno do centro se regulam pela divisão, pela proliferação de uma infinidade de pontos de interesse, de pontos de satisfação do interesse (RANCIÈRE, 1991, p 90).

A crítica de Chomsky ao sistema não se esgota em sua adoção de uma perspectiva antropológica cética ou pessimista, senão que está ancorada em um realismo radical calçada em uma leitura humanista do mundo e das relações e arranjos sob os quais as sociedades podem encontrar a sua melhor e mais justa organização. O processo de desarticulação do poder democrático ocorre em paralelo ao estabelecimento e expansão do conceito de democracia, posto que o interesse em manter o poder na aristocracia não é abandonado pelo só fato da instauração de um novo regime formal de liberdades, mas sim pelo desenho das condições de um quadro de corrosão da democracia em seu sentido substantivo. Isto se deve essencialmente a disseminação amplíssima da desilusão com um sistema de promessas descumpridas, vale dizer, com a retórica da vida em democracia quando, em verdade, a

existência cotidiana encontra suas limitações inspiradas em valores e interesses de uma bem estabelecida oligarquia, organizada por ricos e um grupo de bem remunerados intelectuais a seu serviço, sistema ao qual denominam, falsamente, de democracia.

Afinado com este crítica Chomsky assinala que os movimentos populares contestadores são sempre perigosos e reputados como subversivos pelos poderosos, posto que “[...] representan una amenaza para la infame máxima de los amos” (CHOMSKY, 1995, p. 39). A contestação vetorializa a disposição de poderes e capacidade de influência para coletivos que apenas formalmente dispõe de algum. O poder de dizer “não” e de ser ouvido é a porta de acesso à política, mas o eco deste poder precisa encontrar espaço virtual e também na grande mídia, que na América Latina todavia é grande formadora do espaço do real e da opinião pública. Dentre os países latinos, portanto, a democracia também encontra um forte elemento de mensuração de sua tessitura e qualidade na avaliação da disponibilidade e do acesso da pluralidade de atores e ideologias a estas mídias, televisão, rádio e jornais.

Pouco ou realmente nada interessa aos altos membros da aristocracia no controle se, acaso, a única esperança existencial de que dispõem os segmentos menos privilegiados radica na reação contra um sistema que lhes oprime absolutamente, que os domina e seduz. Reduz e emascula os indivíduos em sua dignidade e autorrespeito, determinantes de inaceitável radicalização desumana das esferas éticas de que somos compostos. A rigor, a realização do modelo de organização social e político baseado no livre mercado foi conectada a um engenhoso esforço de camuflar a espécie de relações de dominação e exploração que sempre tiveram vez e curso. Sobre isto Chomsky chama a atenção para o fato de que a assunção dos princípios de livre mercado tanto quanto da própria democracia precisa ser compreendida em seu contexto, e este, eu reputaria que é o de um domínio oligárquico, determinada pelos resultados aos quais estes atores visam. O processo democrático está viciado à partida quando estão garantidos aqueles que ganharão o jogo sejam realmente aqueles que “devem” ganhar (*cf.* CHOMSKY, 1993, p. 139), ou seja, a aristocracia que está no comando, mas nem sempre diretamente, senão usualmente através de seus prepostos iluminados e bem educados nas melhores e mais lustrosas casas de ensino do mundo.

A substituição da forma de dominação apresenta movimento bastante claro de adaptação das práticas ao discurso, e sem perturbar ou prejudicar minimamente os objetivos da aristocracia. Neste sentido Sennett chama a atenção para o fato de que “O declínio da violação física no século XIX não foi um sinal de diminuição da coerção” (SENNETT, 2011, p. 130), o que é perceptível através das sofisticadas estratégias das formas de exercício do poder aristocrático capaz de convincentemente apresentar-se à população como se democrático fosse. Assiste razão a Sennett ao argumentar que se trata tão somente de

alterações da forma de exercício do domínio, mas nunca do domínio em si mesmo, reiterando a percepção da oligarquia de que o amplo conjunto de indivíduos que está posicionado nas escalas desprivilegiadas e empobrecidas da sociedade pode continuar a ser tratado como meros objetos – quando não transgressores do direito, mesmo que apenas devido a sua luta cotidiana pela sobrevivência – e, portanto, despidos de sua inerente condição humana e, no limite, do direito ao respeito e a dignidade.

5. Considerações finais

O que está realmente em causa é a sofisticação das formas de coordenar e condicionar o comportamento humano, de obter da conduta social com o maior grau de precisão possível o resultado que permita às oligarquias a colheita do fruto almejado, e isto através de massiva adesão popular. Sob tal aderência é obtido um duplo resultado, a saber, a maximização do lucro e a desmobilização da necessidade sempre custosas (também do ponto de vista político) das forças da repressão. A abolição da forma vistosa de punição corporal em nenhum caso deve ser considerada como “[...] sinal do aparecimento de novos controles, como a vergonha, controles menos palpáveis do que a dor física, mas idênticos em seu efeito de subjugação” (SENNETT, 2011, p. 130). Isto não significa que novos condicionamentos sobre velhos padrões não sejam exercidos mas, tais como a radicalização da vergonha, senão que, mais certamente, são mobilizados novos e efetivos canais para acionar dimensões da psicologia humana também relacionados a estas categorias.

O que está em causa nesta situação de mobilização de novos recursos é o objetivo de mascaramento das sofisticadas formas de controle que articulam diversas áreas do conhecimento, de sorte que a fazer o imaginário humano transitar pela sensação de libertação que a ideologia neoliberal lhe permite experimentar em seu convívio social. Considerando este movimento de deslocamento do controle e do domínio da esfera do esfolamento corporal para outra bem mais sutil, observamos que ela não é menos eficiente. A brutalidade da exclusão do humano da construção de si mesmo e do desenvolvimento de suas potencialidades continua a ser articulada nas lâminas frias de salas que não compartilham as decisões que definem os rumos da sociedade. Nestes espaços ocorre o duro exercício do domínio sobre vidas, tempos, valores e espaços, e de forma não menos alienante do ser, talvez menos chocante no sentido físico, mas que é ainda assim uma variação moderna do que o foi antanho, da alienação do homem de si mesmo, eis que descose internamente já não apenas um homem, um coletivo ou uma etnia, mas todo um amplo conjunto humano que resta subjugado.

As sociedades de mercado ou puramente conduzidas pela lógica comercial detêm um profundo e todavia não devidamente mensurado potencial totalitário, absolutamente apoiado

pela égide da ciência e de seu discurso tão sofisticado quanto sedutor pautado pela suposta neutralidade científica, sendo este um contexto em que a singularidade e a identidade do humano é perdida e também negada. Isto é o que está em causa quando a democracia não se mostra suficientemente hígida para enfrentar os seus desafios e os ardis e armadilhas que lhe são postas.

Referências:

BOBBIO, Norberto. *O futuro da democracia. A defesa das regras do jogo*. 12. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2011.

CHOMSKY, Noam. *Política y cultura a finales del siglo XX. Un panorama de las actuales tendencias*. Barcelona: Ariel, 1995.

_____. *Año 501. La conquista continúa*. Madrid: Libertarias / Prodhufi, 1993.

DUMÉNIL, Gérard; LÉVY, Dominique. *Crisis y salida de la crisis. Orden y desorden neoliberales*. México: FCE, 2007.

NINO, Carlos Santiago. *La constitución de la democracia deliberativa*. Madrid: Gedisa Editorial, 1997.

OSTROGORSKI, Moisei. *La democracia y los partidos políticos*. Madrid: Trotta, 2008.

RANCIÈRE, Jacques. A falácia democrática. A tradição liberal é antidemocrática, segundo Jacques Rancière. O objetivo é criar um governo dos educados e iluminados. *Carta Capital*. Entrevista. Internacional. por [Gianni Carta](#). 29/09/2014. Disponível em: <http://www.cartacapital.com.br/revista/819/a-falacia-democratica-198.html> Acessado em: 14 de maio de 2015

_____. Nos limites do político. *Filosofia política 6*. O Poder. Porto Alegre: L & PM Editores, 1991. P. 77-101.

SENNETT, Richard. *Autoridade*. Rio de Janeiro: Record, 2001.

TOURAINÉ, Alain. *¿Cómo salir del liberalismo?* Barcelona: Paidós, 1999.

_____. *O que é a democracia?* 2. ed. Petrópolis: Vozes, 1996.

The democracy sequestry: the oligarchic control

Abstract: The crisis of democracy gets new narratives and is guided to the citizens and is soon transformed into overwhelming intellectual fashion. Successive strands, but one problem without objection to the concept itself, democracy is being presented in all its shortcomings. The hypothesis

which part of this work is the kidnapping of content of democracies, their representativeness and their control by an oligarchy well defined in its contours. The domain strategies and possible alternatives to escape them is what this article is concerned.

Keywords: Democracy; Oligarchy; Economy; Politics; Dominion.

Data de registro: 30/09/2016

Data de aceite: 30/03/2017